



Sumário Executivo

nº 8/2019

Embrapa Informática Agropecuária

Período: 27/5 a 7/6/2019

Brasília, DF
Julho, 2019

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Assessoria de Auditoria Interna

Sumário-Executivo

O que avaliamos

Avaliamos as regularidades dos atos de gestão e dos recursos aplicados na Embrapa Informática Agropecuária, em Campinas, São Paulo, para o alcance de suas metas e objetivos, bem como a efetividade dos controles internos administrativos da Unidade.

Com base em critérios de materialidade, relevância e criticidade, selecionamos os processos de gestão orçamentária e financeira (R\$ 782.886,65), compras e suprimentos (R\$ 3.274.298,47), gestão de pessoas, gestão de contratos (R\$ 788.857,57), gestão ambiental e de sustentabilidade, gestão de TI e gestão de P&D, incluindo os respectivos subprocessos para avaliação.

Conclusão e Recomendações

No que se refere à gestão orçamentária e financeira, foi identificada falha na elaboração do Termo de Contagem de Valores (TCV), ocorreu descumprimento de prazos na emissão da autorização de viagem e da prestação de contas, bem como atos praticados pelos gestores na gestão de viagens que necessitam de convalidação da Diretoria-Executiva. Foi recomendada a inclusão no TCV das garantias contratuais e o cumprimento dos prazos estabelecidos em norma sobre viagem.

Nos processos relacionados à Gestão de Pessoas, evidenciamos pagamento de proventos irregulares, por não estarem parametrizados pelo SIRH, a exemplo do pagamento de adicional de complementação pecuniária, pagamento do adicional de transferência para o exterior e pagamento de salário, quinquênio e titularidade de empregado que sofreu desenquadramento funcional. O SIRH deve estar parametrizado para realizar esses pagamentos automaticamente. Constatamos permanência de pessoa que deixou de ser dependente de empregado no plano de saúde Casembrapa, como ex-cônjuge, cabendo ao SGP realizar campanhas regulares para atualização de dados dos empregados. Os exames médicos periódicos e de retorno ao trabalho deixam a Unidade vulnerável à fiscalização por órgãos de controle, e, por isso, é preciso promover ações pontuais para a realização dos periódicos. Os empregados que pagam anuidade aos respectivos conselhos de classe, apesar de estarem com as anuidades pagas, devem requerer visto do conselho na região em que o empregado trabalha.

Na gestão de compras, a falta dos termos de referência nos processos de contratação e os atrasos na entrega dos materiais adquiridos evidenciam a necessidade de instruir as dispensas de licitação com os termos de referência e de implementar melhoria no controle de prazos para as entregas dos produtos pelos fornecedores, considerando as sazonalidades, a previsão de uso do item pelo solicitante e a capacidade de entrega do fornecedor.

Na gestão patrimonial, se faz necessária a regularização dos bens de terceiros em uso pela Unidade por meio de contrato de comodato, termo de depósito civil com licença de uso ou doação à Embrapa. Registramos também que os bens inservíveis estão armazenados em local reservado e com acesso restrito, aguardando andamento do processo de alienação a ser autorizado pelo Consad. Quanto aos

bens inservíveis em estoque, orientamos para que seja realizada consulta à SGE/PIN sobre os procedimentos necessários para alienação ou descarte, atentando para as disposições estabelecidas no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos vigente.

Quanto à gestão de contratos, constatamos necessidade de abertura da conta vinculada para retenção dos valores provisionados dos serviços de limpeza em execução e pagamentos devidos aos empregados terceirizados da contratada que teve rescisão contratual unilateral. Os pagamentos deverão ser realizados com os valores retidos da última fatura e da carta de fiança emitida quando o contrato foi assinado.

Na gestão de TI, constatamos uso indevido de softwares proprietários sem comprovação de licença e uso de soluções de armazenamento de arquivos em nuvem distinta daquela fornecida institucionalmente pela Unidade.

Na gestão de P&D, identificamos seis empregados pesquisadores sem atividades em execução no SEG, que estão aguardando resultado de submissão de projetos. Identificamos, também, contrato de cooperação sem registro no Sistema Saic.